

O ALFERES-MOR DO BRASIL

WALDEMAR DE ALMEIDA BARBOSA

Historiador. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Resumo: *O Autor analisa aspectos da Inconfidência Mineira, principalmente o papel exercido por Tiradentes no movimento revolucionário de 1789. Enfoca os diversos ângulos pelos quais esse papel foi visto pelos historiadores mais importantes que abordaram a Inconfidência Mineira, apontando os enganos de interpretação em que incorreram.*

Nós temos duas Histórias do Brasil, todos o sabemos. Uma, a dos compêndios escolares, é a história oficial, escrita de acordo com o poder dominante no momento; outra é a história documentada.

De modo geral, a Universidade apóia a última e repudia a primeira. Entretanto, com relação à Inconfidência Mineira, especialmente quanto a Tiradentes, a Universidade sustenta a primeira e repele a segunda. Tentaremos explicar o fenômeno.

A idéia republicana é antiga no Brasil. Mas a propaganda republicana intensificou-se a partir de 1870. O Congresso Republicano de Itu, o manifesto republicano assinado por 58 líderes republicanos de São Paulo, de Minas, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, da Bahia, de Sergipe, do Maranhão, enfim, do Brasil inteiro, como Saldanha Marinho, Cristiano Ottoni, Lafaiete Rodrigues Pereira, Rangel Pestana, Quintino Bocaiúva, Lopes Trovão, Antônio Paulino Limpo de Abreu etc., o aparecimento de jornais, órgãos de imprensa nitidamente republicanos, tudo isso sacudiu as estruturas do Império, naquele ano. Um dos signatários do manifesto republicano, o médico Pedro Bandeira de Gouveia, publicou em 1872 um livreto (nosso Arquivo Público Mineiro possuía um exemplar), em que levantava uma campanha no sentido de se erguer, no Rio de Janeiro, uma estátua ao "mártir do ideal republicano", Tiradentes, o Alferes-mor do Brasil.

Um monarquista apaixonado, Joaquim Norberto de Souza Silva, alto funcionário do Ministério do Reino (Chefe de Seção), membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde se fez amigo pessoal de D. Pedro II,

que não perdia as sessões daquele sodalício, sentiu-se no dever de combater os republicanos. Homem de talento, Joaquim Norberto julgou que o melhor modo de debelar a onda republicana seria destruir-lhe o ídolo, aniquilar Tiradentes. Casualmente, encontrou, no arquivo do seu Ministério, um saco que continha os sete volumes dos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Entregou-se à tarefa de procurar nos Autos argumentos para achincalhar o Alferes. Encontrou abundante material. Os Autos acham-se repletos de todos os tipos de acusações a Tiradentes. Num dos jornais do Rio, anunciou que ia provar que Tiradentes não merecia uma estátua na Capital do Império. A tarefa era extremamente fácil. O que mais se encontra nos Autos são acusações ao Alferes. Muitos inconfidentes e testemunhas começavam seus depoimentos com a declaração de que não lhe tinham amizade alguma. Desde que ele passou a ser apontado como líder do movimento, tão logo se iniciaram os interrogatórios, em 1789, e os ministros da Devassa passaram a fazer perguntas sobre encontros com o Alferes, sobre conversas com Tiradentes, todos os inconfidentes e as testemunhas, apavoradas, passaram a manifestar-se contra o mártir, como se fossem inimigos dele, a fim de conquistar as boas graças do tribunal. Em geral, inconfidentes e testemunhas afirmavam que não conheciam o Alferes, e os que não podiam negar encontros com ele declaravam que não lhe tinham amizade alguma, etc. Todos pretendiam mostrar-se vassallos fiéis e submissos à Coroa. Uma vergonha.

Joaquim Norberto não se satisfaz com as acusações encontradas. Foi além: deturpou alguns depoimentos, transcreveu trechos isolados de outros, com modificação total do sentido das palavras, deformou fatos, falsificou episódios. Tem-se a impressão de que, dada a dificuldade em ler os manuscritos dos sete volumes dos Autos, teria imaginado que ninguém jamais, em tempo algum, iria ler aquele processo e, dessa forma, podia alterar o que quisesse. Foi o que fez. A sua *História da Conjuração Mineira*, publicada em 1873, é um libelo contra Tiradentes.¹

Durante várias décadas, esse livro de Joaquim Norberto foi a única fonte de consulta sobre a Inconfidência. Nossos escritores tiveram, na obra de Joaquim Norberto, a fonte única de consulta sobre o assunto: João Ribeiro², Gilberto de Alencar³, Afrânio Peixoto⁴, Ronald de Carvalho⁵, J. Pandiá Calógeras⁶, Pedro Calmon⁷, Eduardo Frieiro⁸, etc.

Os compêndios escolares seguiram a onda. Basta lembrar que todos nós aprendemos que a Inconfidência Mineira se deu em 1789, quando, na verdade, o que se verificou, naquele ano, foi a repressão ao movimento. O governo mineiro e as entidades culturais de Minas celebraram, em 1989, o bicentenário da repressão à Inconfidência Mineira. José de Resende Costa (filho), em documento que citaremos adiante, escrito em 1839, refere-se ao "movimento de 1788".

A tese mais difundida por Joaquim Norberto, repetida por Kenneth

Maxwell é a seguinte: a Inconfidência Mineira encontrava-se já estruturada, bem planejada, quando Tiradentes, ao encontrar-se no Rio com José Álvares Maciel, que regressava da Europa, aderiu ao movimento. Joaquim Norberto afirma que José Álvares Maciel foi quem converteu Tiradentes à "idéia de libertação"⁹. Vejamos a fragilidade da tese: José Álvares Maciel desembarcou no Rio em agosto de 1788. Como todas as testemunhas amedrontadas, desejando mostrar-se o mais afastado possível do Alferes, o português José Joaquim da Rocha declarou, no seu depoimento, que estava em seu camarote, no teatro da Ópera, no Rio, em junho de 1788, quando viu entrar o Alferes Joaquim José e, mal ele foi visto pela platéia, esta passou a vaiá-lo. Indagou, então, a razão daquela "pateada" a um oficial, e, então foi informado: era porque "anda falando em sedição, com o fim de fazer esta terra feliz". Ora, se Tiradentes era tão conhecido no Rio, por suas idéias e suas pregações, em junho, como poderia converter-se a essas idéias em agosto?

Mas o brasilianista Kenneth Maxwell, que não menciona a obra de Joaquim Norberto na sua extensa bibliografia, repete integralmente o ponto de vista do historiador carioca: "*Tiradentes parece ter-se engajado efetivamente na perspectiva de uma revolta nacionalista, a partir dessa conversa (com Maciel)*"¹⁰.

Em outro local de seu livro, o brasilianista é categórico: "*Maciel tinha sido o lançador da idéia*".¹¹

José Resende Costa (filho), depois de anos de exílio, foi perdoado, esteve alguns anos em Lisboa, regressou ao Brasil em 1809 e, coincidência notável, teve assento como deputado na Assembléia Constituinte de 1823 e na primeira legislatura da Câmara dos Deputados, em 1826, como representante de sua nação, no mesmo prédio em que estivera preso, como traidor, por querer a independência do Brasil. (A cadeia pública do Rio fora adaptada para funcionamento da Assembléia). Em 1839, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no ano anterior, pediu a José de Resende Costa escrevesse um depoimento sobre a Inconfidência Mineira. Ele traduziu o capítulo da *História do Brasil*, de Robert Southey, e redigiu alguns comentários. Salientamos só este trecho: "*Tiradentes principiou a manifestar seus princípios no governo de Luís da Cunha Meneses, em Minas Gerais*".¹²

Ora, José Álvares Maciel chegou ao Rio em companhia do sucessor de Luís da Cunha Meneses, o Visconde de Barbacena. Essa informação, escrita por José de Resende Costa, em 1839, está confirmada por depoimento constante dos Autos; constitui um desmentido às informações de Joaquim Norberto e Kennet Maxwell.

A tese central da obra de Joaquim Norberto é a seguinte: Tiradentes conseguiu ser admitido entre os conspiradores, mas não tinha acesso junto aos principais inconfidentes. O ponto de vista do brasilianista Kenneth Maxwell, autor de *A Devassa da Devassa*, é exatamente o mesmo. Eis o que

escreveu:

*"Na verdade, o Alferes provavelmente nunca esteve plenamente a par dos planos e objetivos amplos do movimento". E pouco adiante: "Inconfidentes importantes haviam evitado relacionar-se com ele".*¹³

Sinceramente, tenho a impressão de que o ilustre brasilianista apenas folheou os *Autos da Devassa*, mas não os leu. Do contrário, teria observado que inconfidentes e testemunhas apavorados pretenderam dar a entender que não conheciam o Alferes e não tinham com ele amizade alguma. Vejamos um exemplo: o primeiro interrogatório do Pe. Rolim, realizado em 19 de outubro de 1789, constou daquelas perguntas de praxe: nome, naturalidade, etc. No segundo interrogatório, no dia seguinte, o ministro perguntou-lhe quais as pessoas que o visitavam, com quem conversara, em Vila Rica. Pe. Rolim, aos poucos, vai mencionando alguns nomes: Ten.-Cel. Francisco de Paula Freire de Andrada, Tomás Antônio Gonzaga, etc. Mas o ministro insiste: Quem mais? Pe. Rolim tenta escapar ao cerco, mas o ministro inquiridor declara: Já houve confissões, o projeto da sublevação já é conhecido, não devia continuar faltando à verdade. E insiste em indagar: Quem mais o visitara? Pe. Rolim mencionara mais alguns nomes e a pergunta importuna continua: Quem mais? Por fim, Pe. Rolim declara que recebera a visita *"de um Alferes do Regimento Pago, de nome Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, cujo Alferes (sic) ele não conhecia."*¹⁴

Como se vê, depois de muita insistência é que confessa que o Alferes estivera na casa do Cel. Domingos de Abreu Vieira, onde ele, Pe. Rolim, estivera hospedado. O ministro indaga o assunto da conversa. Mas Pe. Rolim tenta despistar e afirma: Tiradentes fora especialmente à procura de Domingos de Abreu Vieira. Ora, o ministro já tinha conhecimento das várias visitas feitas por Tiradentes ao Pe. Rolim, assim como da amizade estreita que existia entre ambos, pelos depoimentos anteriores do próprio Domingos de Abreu Vieira.¹⁵

O ministro, parece, passa a brincar com o Pe. Rolim: os interrogatórios vão-se sucedendo. Seguem-se o 3.º, o 4.º, o 5.º, o 6.º, o ministro a perguntar, e o padre a declarar que não conhecia o Tiradentes. Afinal, no 7.º interrogatório, em 13 de novembro, manda o ministro sejam apresentadas duas cartas, com sua assinatura, dirigidas a Domingos de Abreu Vieira. As cartas haviam sido apreendidas em casa do Ten.-Cel. Domingos de Abreu Vieira. Na primeira, de 20 de abril de 1789, lia-se: *"Mande-me notícias de seu compadre Joaquim José, a quem não escrevi, porque não sei se já veio do Rio"*. Na segunda, de 30 de maio, repetia o pedido de notícias *"de seu compadre Joaquim José da Silva Xavier"* e acrescentava que não escrevia diretamente a ele, porque supunha ainda estivesse no Rio. O que mais comprometia o Pe. Rolim era a frase seguinte: *"Sobre uma recomendação do dito, não havia dúvida de que havia grande*

contentamento e vontade".¹⁶ Pe. Rolim não tem saída, e reconhece que as cartas eram realmente suas. Por que negar que conhecia o Alferes? Por que ter amizade ao Alferes era considerado crime? O mais interessante foi a desculpa apresentada pelo Pe. Rolim. Eis o que o escrivão registrou: "*Não nega as expressões da carta, mas ingenuamente confessa que as mesmas nada mais foram que uma indiscreta produção de jactância e vaidade*".¹⁷

Entenderam bem os leitores? Antes das prisões, ter relacionamento com o Alferes era motivo de "jactância e vaidade"?

Outro exemplo: Alvarenga Peixoto participou das duas reuniões oficiais dos conspiradores. Assistiu à exposição feita por Tiradentes na primeira, realizada na casa do Ten.-Cel. Freire de Andrada, em 26 de dezembro de 1788, que ele, Alvarenga, descreveu, em seu depoimento, como "*cena depravada*". Tomou parte dos debates com o Alferes na segunda reunião, realizada poucos dias depois, na chácara de Freire de Andrada. Participou ativamente de discussões com o Alferes, principalmente sobre a escolha da bandeira da nova república. Alvarenga apresentou a sugestão de Cláudio: um índio a quebrar os grilhões que o prendiam e a legenda: "*Aut libertas, aut nihil*" (Ou a liberdade, ou nada). Uma idéia muito sugestiva. Mas Tiradentes defendeu, para a bandeira, o triângulo, como símbolo da Santíssima Trindade. Houve discussão. Prevaleceu a proposta de Tiradentes.

Pois bem, no seu segundo interrogatório começa Alvarenga por declarar que não conhecia o Alferes Joaquim José.¹⁸

O Cônego Luís Vieira da Silva teria feito rasgados elogios à figura do Alferes. Segundo uma testemunha, o Cônego afirmara, referindo-se a Tiradentes: "*Se houvesse muitos como ele, o Brasil seria uma República florente*". (O termo empregado foi este mesmo: "*florente*"). Devia conhecê-lo bem, para proferir tal elogio. No seu depoimento, referiu-se a um Alferes "*por alcunha o Tiradentes, de cujo nome não se lembra*".¹⁹

Salvador Carvalho do Amaral Gurgel foi declarando, logo no início de seu interrogatório, que não tinha maior amizade com o dito Alferes. Manuel Joaquim de Sá do Rego Fortes era amigo de Tiradentes e lhe dera uma carta de recomendação, com o fim de facilitar sua fuga do Rio para Minas. Interrogado, respondeu que "*não tinha com o referido Alferes amizade alguma*".

Poderia citar dezenas de testemunhas que, perguntadas sobre o Alferes, respondiam assim: "*com o qual não tinha antecedente amizade*" (Domingos Fernandes Cruz); "*sem que com ele tivesse antecedente amizade, só um pequeno conhecimento*" (Ajudante João José Carneiro); "*com o dito Alferes não tinha amizade alguma*" (Manuel José de Miranda). Não há necessidade de continuar citações.

Joaquim Norberto e Kenneth Maxwell ou não leram os Autos da Devassa com atenção, ou usaram de má fé. Não vejo outra explicação.

Kenneth Maxwell confundiu: uma coisa é não querer relacionar-se

com uma pessoa. Outra, bem diferente, é tentar mostrar que não teve relacionamento com essa pessoa.

A tese central de Joaquim Norberto, em torno da qual gira todo o seu livro, é a de que Tiradentes era figura muito secundária, no movimento. Textualmente: "*Dando a Alçada a supremacia da Conjuração a Tiradentes, que passava por louco aos olhos de todo mundo, buscou mais desmoralizá-la do que puni-la*".²⁰

É precisamente o ponto de vista de Kenneth Maxwell e de Assis Cintra. Este escritor paulista é taxativo: "*E seria possível que numa conspiração de doutores, comandantes de regimentos, proprietários de minas, coronéis, etc. o chefe fosse um simples Alferes?*" Assis Cintra chega a afirmar que Tiradentes não passava de "*simples moço de recados dos inconfidentes*". Assis Cintra chegou a divulgar, na imprensa do Rio, um documento forjado, com o fim de achincalhar Tiradentes. Foi desmascarado por Feu de Carvalho. Um historiador de verdade não procede dessa maneira. O episódio está narrado com minúcias no meu livro "*A Verdade sobre Tiradentes*".

Eduardo Frieiro escreveu que Tiradentes era um "*pobre coitado*", o único condenado à força, porque não teve quem por ele intercedesse. É a mesma tese de Kenneth Maxwell: "*Tiradentes, o mais socialmente inseguro*..."²¹

O pernambucano José Domingos Codeceira criou a expressão "bode expiatório", ao se referir a Tiradentes, como único condenado à morte. Kenneth Maxwell, que não menciona a obra de Codeceira na sua bibliografia, repetiu duas vezes a expressão "bode expiatório", ao referir-se a Tiradentes.

Vamos tentar mostrar a falsidade desses conceitos.

Primeiro: diversos inconfidentes, como Francisco de Paula Freire Andrada, José Álvares Maciel, Pe. Rolim, etc. declararam que fora Tiradentes o primeiro que lhes falara em conspiração.

Segundo: Tiradentes não podia ser um "*pobre coitado*", nem o "*mais socialmente inseguro*", como escreveu Kenneth Maxwell. Os seus bens levados à praça renderam o dobro dos bens seqüestrados ao Ten.-Cel. Francisco de Paula, que tinha casa no centro de Vila Rica e uma chácara na periferia. É verdade que a fazenda dos Caldeirões não foi incluída no seqüestro, por ter sido dote da esposa. Mas também, entre os bens de Tiradentes não foram incluídas as datas minerais que possuía no Porto de Meneses.

Terceiro: se Tiradentes fosse a figura pintada por Joaquim Norberto, Kenneth Maxwell, Eduardo Frieiro, Assis Cintra *et caterva*, como explicar caber a ele, na primeira reunião oficial dos conspiradores, realizada na casa do Ten.-Cel. Francisco de Paula, em 26 de dezembro de 1789, fazer uma exposição sobre os planos e os projetos da sublevação? Esta reunião foi realmente importante, pois, tendo-se atrasado, foi Alvarenga chamado por um bilhete do Pe. Carlos de Toledo, bilhete que foi confiscado e anexado aos

Autos.

Quanto é verdade que o Visconde de Barbacena, no seu ofício dirigido ao vice-rei, em que comunica a denúncia da conspiração, apontava Gonzaga como chefe. É que Joaquim Silvério dos Reis, na sua denúncia, acusara Gonzaga de chefe da conspiração, apenas por vingança. Pe. Manuel Rodrigues da Costa, nas declarações a que nos referimos, em outro local, é bem claro, quando se refere ao ato de vingança de Silvério dos Reis, ao acusar Gonzaga. Já bem informado, a certa altura de seu relatório de 11 de julho de 1789, dirigido ao Ministro Martinho de Melo e Castro, declarava o Visconde de Barbacena:

*"Todos os presos acima mencionados estão mais ou menos culpados da Devassa, sumários e prévios interrogatórios, principalmente o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, cujo delito tem já abundante prova, constando geralmente de uns e outros processos, que ele era o principal motor da sublevação, o que mostrava maior empenho e eficácia na execução dela, e o que amotinava o povo e pretendia corromper a tropa, já com sacrílegas doutrinas, já com falsas ou maliciosas notícias e já com enganosas esperanças."*²²

Quinto: o Desembargador José Pedro Machado Coelho Torres, Juiz que presidiu a Devassa do Rio de Janeiro, no seu relatório dirigido ao vice-rei, datado de 11 de dezembro de 1789, também é taxativo, ao referir-se a Tiradentes:

*"Inclusa verá V. Ex.^a a lista dos réus principais. O Alferes da Tropa de Minas, Joaquim José da Silva Xavier, foi quem espalhou a sediciosa proposição de que podiam as Minas ficar independentes, livres da sujeição real e uma república, porque tinham em si todas as produções."*²³

Sexto: em fevereiro de 1790, o escrivão da Devassa de Minas, o Ouvidor José Caetano César Manitti, no seu relatório apresentado ao Visconde de Barbacena, relaciona os principais réus presos e colocou em primeiro lugar o Alferes Joaquim José da Silva Xavier e acrescentou:

*"Não se admite a menor contestação, segundo o que se deduz de todo o processo e seus apensos, que o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, era um dos mais empenhados e atrevidos em promover à intentada sublevação, para cujo fim agenciava o maior séquito possível, persuadindo e exagerando a uns a beleza, comodidade e riquezas deste país, que poderia ser independente; a outros, o abatimento e indigência em que jaziam, entretanto, que estavam presenciando saírem todos os anos para a Europa os tesouros da América, excitando o povo..."*²⁴

Ora, se já em 1789 e 1790 era Tiradentes apontado como o réu principal e principal motor, nada há que estranhar na sentença, em que é

descrita a atuação de cada um dos réus, o item seguinte: *"Mostra-se que, entre os chefes e cabeças da conjuração, o primeiro que suscitou as idéias da república foi o réu Joaquim José da Silva Xavier."*²⁵

Sétimo: Pe. Manuel Rodrigues da Costa foi uma vítima da Inconfidência Mineira, condenado porque ficou provado que sabia da conspiração e não a denunciou. Pela legislação da época, devia ser considerado tão criminoso como os conspiradores. Depois de dez anos de exílio em Portugal, foi perdoado em 1804, quando regressou ao Brasil.²⁶

Estabeleceu-se na sua fazenda do Registro Velho, perto de Barbacena, foi eleito deputado à Assembléia Constituinte de 1823 e deputado à legislatura de 1826. Desta pediu dispensa, por motivo de moléstia. O vigário colado de Barbacena, Pe. Joaquim Camilo de Brito, nome tradicional em toda a província de Minas, em artigo publicado num jornal de Ouro Preto, começava declarando-se honrado de ter convivido com o Cônego Manuel Rodrigues da Costa, nos últimos cinco anos de vida deste. Ouviu muitas confidências da vítima da Inconfidência Mineira. Referia-se ao Cônego como autoridade competente na matéria, não só por sua respeitabilidade, ilustração e critério, como por ter sido uma das vítimas do suspeito ódio da tirania então reinante. O Pe. Joaquim Camilo de Brito afirma ter ouvido do Cônego Manuel Rodrigues da Costa o seguinte:

*"A alma do movimento, o Leônidas que preparava a elite dos novos espartanos para esse grande cometimento, era o Alferes do Corpo Militar de Cavalaria Mineira, Joaquim José da Silva Xavier. Era ele o único propagandista da idéia na Capitania e fora dela, para o que lhe davam facilidade as freqüentes viagens que fazia pela Capitania e à Corte (...) disse-me que o Xavier (assim o tratava ele) era um rapaz simpático e, embora não houvesse afinidade entre a sotaína e a farda, era-lhe sempre agradável a sua presença."*²⁷

O depoimento do Cônego Manuel Rodrigues da Costa é de suma importância. Além de ter sofrido na carne o drama da Inconfidência, falava como cidadão livre de um país livre, isento das pressões dos ministros da Devassa e da Alçada. Saliente-se ainda a circunstância de ser espontâneo esse seu depoimento. Gostaria de frisar essa frase: *"era ele o único propagandista da idéia na Capitania e fora dela"*.

Oitavo: José Aires Gomes, do exílio em Moçambique, numa tentativa de obter perdão, enviou longa representação à rainha e, no documento, assim se refere ao Alferes Tiradentes: *"Chefe e primeiro motor do horrendo atentado"*.²⁸

Com tantos documentos já publicados, todos contemporâneos do Alferes, em grande parte papéis não oficiais, estranhos ao processo judicial eu perguntaria: Por que a Universidade, ainda hoje, defende as teses de Joaquim Norberto, repisadas por Kenneth Maxwell que, inexplicavelmente, não menciona a obra de Norberto em sua bibliografia? Creio que a única

explicação é a seguinte: os governos, hoje, exaltam a figura de Tiradentes, como herói, como mártir, e celebram festivamente o feriado de 21 de abril. Ora, o intelectual sente-se na obrigação de ser contrário ao governo. Deve ser contra toda e qualquer tese do governo. Não vejo outra explicação.

Na noite de 17 para 18 e durante o dia 18 de abril de 1792, foram recolhidos no Oratório da Cadeia Pública do Rio de Janeiro os onze réus principais, trazidos das diversas masmorras: Joaquim José da Silva Xavier, Francisco de Paula Freire de Andrada, Inácio José de Alvarenga Peixoto, José Álvares Maciel, Luís Vaz de Toledo Piza, José de Resende Costa (pai), José de Resende Costa (filho), Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Domingos de Abreu Vieira, Domingos Vidal de Barbosa e Salvador Carvalho do Amaral Gurgel.

Onze franciscanos ali se achavam, um para cada réu, a fim de confortar aqueles infelizes. Às duas horas da madrugada de 19 de abril, chega o ministro que, imediatamente, dá início à leitura da sentença, leitura que durou duas horas e meia. A sentença, extremamente longa, expunha a atuação de cada um dos réus e terminava condenando todos os onze à forca. Terminada a leitura da sentença, seguiu-se, segundo um dos frades presentes, *"a cena mais trágica e cômica que se pode imaginar"*. Uns clamavam, outros choravam, *"e cada um fazia por imputar a sua última infelicidade ao excessivo depoimento do outro"*. Como haviam permanecido três anos incomunicáveis, *"era neles mais violento o desejo de falar"*. No meio daquele tumulto, um dos frades ouviu e registrou esta frase de Tiradentes: *"Eu sou a causa da morte destes homens, desejaria ter mais dez vidas e podê-las dar por todos eles, se Deus me ouvira, só eu morreria, e não eles"*.²⁹

Pouco depois da meia-noite, já na madrugada do dia 20, apareceu no Oratório novamente o ministro, que leu nova sentença, muito curta, que declarava o seguinte: Em vista dos termos da carta régia de 15 de outubro de 1790, anexada aos Autos em 20 de abril de 1792, a sentença de morte só seria executada no réu Joaquim José da Silva Xavier, *"por ser o único que, na forma da dita carta, se fez indigno da real piedade. Quanto aos mais, hão comutada a pena de morte à de degredo perpétuo"*. A carta régia referida determinava que só fosse condenado à morte quem tivesse pregado e envenenado o povo com a idéia de liberdade e independência. Dos onze franciscanos que assistiram a tudo, dois deixaram a narração do que viram e ouviram. Ambos assinalaram que era impossível descrever os transportes de alegria, de todos os onze réus. Tiradentes, também alegre e feliz, dava parabéns aos outros. Frei Raimundo da Anunciação Penafort e Frei José Carlos de Jesus Maria do Desterro, do Convento de Santo Antônio, descrevem as cenas com minúcias. Portugueses ambos, fiéis vassalos da rainha, horrorizados com o *"nefando crime"* da conspiração, escandalizados com *"a gravidade do delito provado"*, referem-se à *"perfídia"* e ao *"louco desejo de liberdade"*. Ao referir-se a Tiradentes escrevem: *"o infame réu"*.

Mas, na verdade, não puderam esconder sua admiração pela figura, pelo porte, pelas atitudes, pelas palavras de Tiradentes. Frei José Carlos de Jesus Maria do Desterro escreveu sobre Tiradentes: *"Este homem indigno é de nossas memórias, mas se ficar de todo no esquecimento, nenhum fruto tiraremos de seu exemplar castigo"*. Na verdade, o frade deixa transparecer profunda admiração por aquele homem, a quem chama de *"corajoso"*. Depois da leitura da primeira sentença, informa que Tiradentes muitas vezes pediu perdão aos outros. Perdão por quê? Os historiadores que, ainda hoje, insistem em afirmar que Tiradentes foi figura secundária no movimento deviam meditar sobre essas palavras anotadas pelo frade do Convento de Santo Antônio. Depois da leitura da segunda sentença, o frade guardião refere-se à alegria de Tiradentes, a dar parabéns aos outros e acrescenta que ele era sincero. E registra essas palavras que ouviu:

*"Agora morreria cheio de prazer, pois não levava, após si, tantos infelizes a quem contaminara, que isso mesmo intentara ele nas multiplicadas vezes que fora à presença dos ministros, pois sempre lhes pedira que fizessem, dele só, a vítima da lei".*³⁰

Tem-se a impressão de que o frade descuidara-se do réu que estava a seus cuidados, para prestar atenção da figura de Joaquim José da Silva Xavier. O confessor deste era outro frade.

Frei Raimundo Penafort, no manuscrito que deixou, mostra-se também horrorizado pelo terrível crime de rebelião. Mas dá a entender claramente que viu, em Tiradentes, um homem fora do comum. Frei Raimundo Penafort foi o confessor de Tiradentes durante os três anos em que o mártir esteve na masmorra (precisamente: dois anos, onze meses e treze dias). Teve oportunidade de conhecer bem o Alferes. Eis as suas palavras:

*"Este homem foi um daqueles indivíduos da espécie humana, que põe em espanto a mesma natureza. Entusiasta com o aferro de um Quaker, empreendedor com o fogo de um D. Quixote, habilidoso com um desinteresse filosófico..."*³¹

Isso foi escrito por um frade, fiel súdito da Coroa, que conviveu com Tiradentes, visitando-o semanalmente, durante três anos, na masmorra. Frei Raimundo Penafort assistiu à leitura da primeira e da segunda sentença. (Os frades ficaram em pé durante onze horas). O franciscano comentou a reação de cada um dos onze réus, considerados cabeças do movimento. Isso é importante para aqueles que teimam em colocar Gonzaga como um dos chefes da conjuração. Aliás, Frei Jesus Maria do Desterro, que acompanhou todo o processo, assistiu à leitura das duas sentenças, mencionou, na sua *"Memória"*, os nomes de Tomás Antônio Gonzaga, Vicente Vieira da Mota e outros e comentou assim: *"Esses réus de segunda ordem..."*³²

Gonzaga, conforme se lê na sentença, foi condenado porque ficou provado, pelo depoimento do Cônego Luís Vieira da Silva, que ele tinha conhecimento da conspiração e não a denunciou. Aliás, o Cônego Manuel

Rodrigues da Costa, no depoimento, transmitido pelo Pe. Joaquim Camilo de Brito, afirma: "*Gonzaga era estranho ao levante*".³³

Considero de suma importância os documentos estranhos aos Autos da Devassa. Os depoimentos dos dois franciscanos, considero-os extremamente valiosos, para o esclarecimento da verdade histórica.

Desejo encerrar este pequeno ensaio com o depoimento escrito por outro contemporâneo de Tiradentes. O Pe. Inácio Nogueira de Lima, que ajudou Tiradentes a esconder-se, no Rio, quando ele se viu vigiado por dois militares disfarçados, e foi quem, preso e torturado, confessou onde era o esconderijo do Alferes, que, em seguida, foi preso. Mais tarde, depois da nossa independência, assim se manifestou sobre a figura do Alferes: "*Era homem nobilíssimo, digno noutro país das atenções do governo. O único crime que tinha era o de amar sua pátria e querer vê-la livre do despotismo*".

Abstract: The "Alferes-mor" (major second lieutenant) of Brazil. The author analyzes aspects of the so-called "Inconfidência Mineira", an insurrection against tax collection in Minas Gerais, mainly in what concerns the role played by Tiradentes in the revolutionary movement of 1789. He focuses on the many viewpoints of the most important historians who have studied that role and the Inconfidência, pointing out mistakes detected in their various interpretations.

NOTAS

- 1 SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *História da Conjuração Mineira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1873.
- 2 RIBEIRO, João. *História do Brasil*, Curso Superior. 14. ed., Rio de Janeiro: Livraria São José, 1953.
- 3 ALENCAR, Gilberto de. *Tal dia é o batizado*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1959.
- 4 PEIXOTO, Afrânio. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1944.
- 5 CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1922.
- 6 CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1957.
- 7 CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira*. 4. ed. São Paulo: Civilização Brasileira (Brasiliense).
- 8 FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.
- 9 SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *op. cit.*, p. 76.
- 10 MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1978, p. 144.
- 11 Idem, *ibidem*, p. 178.
- 12 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo VIII, vol. 8, 1881. O documento está transcrito nos *Autos da Devassa*, vol. 9, p. 459.
- 13 MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, p. 126.
- 14 AUTOS da devassa da Inconfidência Mineira. Brasília, vol. 2, p. 299.
- 15 Idem, 1936, vol. I, Rio, p. 73 e 92.
- 16 Idem, Rio, 1936, p. 291.
- 17 Idem, vol. II, p. 32 (Brasília, Belo Horizonte, 1978).
- 18 Idem, Rio, vol. III, p. 137.

- 19 Idem, Rio, vol. III, p. 29.
- 20 SILVA, J. Norberto de Souza, op. cit. p. 392.
- 21 MAXWELL, Kenneth, op. cit., p. 156.
- 22 AUTOS, vol. 8, Brasília, 1977, p. 192/193.
- 23 BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A verdade sobre Tiradentes*. Belo Horizonte, p. 61.
- 24 AUTOS, vol. 8, p. 261.
- 25 Sentença proferida contra os réus implicados no conspiração de Minas Gerais, no ano de 1788. In: REV. IHGB, tomo 8, vol. 8, p. 184. Está publicada na *Genealogia Mineira*, de Artur Vieira de Resende Silva, Parte VI e também nos *Autos da Devassa*.
- 26 Cód. 242, S.G., fl. 175, A.P.M.
- 27 O artigo do Pe. Joaquim Camilo de Brito foi publicado em *O Movimento*, de Ouro Preto, em 1889, transcrito em *Nova Phase*, de Piratininga (Além Paraíba) de março de 1889, no *Jornal da Tarde*, de Barbacena, n.º 48, de 17 de março de 1916, no livro *O Tiradentes*, de Eurico Carmense e na *Arquidiocese de Mariana*, do Cônego Raimundo Trindade, 2.ª ed., vol. 2, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1955, p. 68/71.
- 28 ANUÁRIO do Museu da Inconfidência. Ouro Preto, 1955, vol. II, p. 246.
- 29 MEMÓRIA do Êxito que Teve a Conjuração de Minas e dos Fatos Relativos a ela, Acontecidos nesta Cidade do Rio de Janeiro, Desde o Dia 17 até 26 de Abril de 1792, Pelo Frei José Carlos de Jesus Maria do Desterro. In: Revista do IHGB, tomo XLIV, Parte I, vol. 62, p. 140, 1881. O documento está transcrito no vol. 9 dos *Autos da Devassa*.
- 30 MEMÓRIA do Êxito... AUTOS, vol. 9, p. 171/172.
- 31 ÚLTIMOS Momentos dos Inconfidentes de 1789, pelo Frade que os Assistiu em Confissão, por Frei Raimundo Penafort, In: Rev. do IHGB, tomo XLIV, vol. 62. O documento está transcrito no vol. 9 dos AUTOS DA DEVASSA, p. 178, nota 14.
- 32 Este documento está citado em outro local.
- 33 Ver nota n.º 27.